

Viagens e hotéis são debitados ao Banco Central

Quando o Banco de Tóquio remete seu representante junto ao comitê assessor do Brasil para mais uma rodada de negociações em Nova Iorque, o Banco Central brasileiro perde alguns dólares a mais de seu combalido cofre: são do Brasil as despesas com as passagens e o hotel em Nova Iorque, em geral de primeira classe. Também batem em Brasília as contas dos representantes europeus, americanos e até um árabe.

"Este formato de negociação em que as reuniões acontecem na sala do escritório dos advogados do Citibank e todas as despesas são custeadas pelo Brasil está estabelecido desde 1983", conta o ex-assessor para dívida externa do ministro da Fazenda, economista Paulo Nogueira Batista Jr. Ele está empenhado em uma campanha para mudar esta forma de negociação menos para conter as despesas públicas e mais porque acha que o local, a maneira de negociar e até a composição do comitê atuam de forma contrária aos interesses do país. "Isto tudo acaba tendo influência na substância da negociação", garante Paulo Nogueira que, como mem-

Governo paga contas do credor

bro do governo até recentemente, acompanhou alguns lances da complicada questão da dívida brasileira.

Não foi por acaso que o então ministro Dilson Funaro, logo depois de decretada a moratória, fez algumas declarações em sua viagem à Europa e Estado Unidos dizendo que era preciso mudar o comitê. Os bancos americanos, representando apenas um terço da dívida, têm sete das 14 cadeiras do comitê e isto precisaria mudar, na opinião de Nogueira. "Os bancos americanos são os mais inflexíveis", atesta.

Nogueira está convencido de que o Brasil só terá sucesso na sua negociação com os credores se começar agora a mudar todos os fatores adversos como, por exemplo, a composição do comitê. O economista não está convencido sequer que deva continuar a existir o comitê. "Ele se auto-intitula assessor do Brasil, mas é, na verdade, a outra parte na mesa de negociação".

A idéia de organizar um grupo que representasse de forma mais prática os 700 bancos credores do Brasil surgiu dentro de uma argumentação dos bancos de que sem a atuação dos maiores, os pequenos bancos poderiam tumultuar todo o processo.

Esta lógica pode parecer discutível, mas não foi derrubada quando veio a Nova República e sobreviveu até a

Arquivo



Rhodes: conta alta

chegada da moratória. "Na época não mudamos o formato da negociação porque o mais importante era suspender o pagamento dos juros e não poderíamos criar mais uma frente de batalha", justifica Paulo Nogueira.

Seja qual for o argumento dos credores ou do Brasil para manter esta peculiar forma de negociação, em que um lado financia os custos do lado contrário, alguns fatos chegam a ser irônicos: o comitê assessor contratou um advogado no Brasil para informar aos credores sobre a legislação brasileira. Este advogado é custeado pelo Brasil.

O comitê, chefiado pelo representante do Citibank, William Rhodes, não é apenas o grupo dos 14 representantes dos maiores credores. Ele tem a esta altura uma organização burocrática. "São quatro subcomitês com pessoas contratadas", explica Nogueira. Um destes é particularmente ativo: o subcomitê de economia, que é chefiado pelo economista Douglas Sme. Sua função é recolher trimestralmente informações sobre o Brasil para passá-las aos credores. Para cumprir bem suas funções — que Nogueira compara às de monitoramento — Sme vem ao Brasil acompanhado de três assessores e permanece no mínimo 10 dias deslocando-se entre o Rio, São Paulo e Brasília. E quem paga as contas, de novo, é o Banco Central brasileiro. "O pior é que, quando há qualquer agravamento da situação econômica brasileira, ele quer vir a cada mês", conta Paulo Nogueira.